

Economista considera acerto prejudicial à estabilização

por Maria Christina Carvalho
de São Paulo

O acordo em princípio de renegociação da dívida externa acertado pelo Brasil com os bancos credores, na semana passada, não é favorável à condução da política de estabilização da economia, pois conseguirá apenas uma redução pequena dos débitos, exige a compra das garantias e mantém altos os pagamentos de juros.

A opinião é do professor Arno Meyer, consultor do Instituto de Economia do Setor Público (IESP), da Fundação do Desenvolvimento Administrativo e foi apresentada, ontem, na divulgação dos indicadores IESP de julho.

Meyer explicou que a condução da política de estabilização exigiria um acordo mais favorável do ponto de vista financeiro. Mas isso não será realidade dentro das condições acordadas em princípio.

Dos seis instrumentos de renegociação da dívida apresentados pelo Brasil, apenas um envolve redução do principal, que é o bônus de desconto de 35%. Se todos os credores optarem por ele, o desconto recairia sobre a dívida antiga de US\$ 40 bilhões, representando um abatimento de US\$ 14 bilhões. Mas ele exige uma garantia de US\$ 4 bilhões, o que diminui o desconto efetivo para 20%, da dívida envolvida ou cerca de 8% do total.

Mas Meyer acredita que a maioria dos bancos vai preferir o bônus ao par, sem desconto do principal, com juros fixos, de 4 a 6% ao ano, pois essas taxas são até mais elevadas do que a interbancária de Londres (Libor) no dia do acordo, de 3,625%.

O professor admitiu que

o acordo acertou juros menores do que os obtidos pelo México e Venezuela, mesmo porque as taxas internacionais caíram dos níveis que estavam na época em que esses países selaram seus acordos e que o Brasil ofereceu garantias menores. Mas ressaltou que os encargos resultantes não trazem alívio financeiro.

Para pagar os juros e comprar as garantias o País terá de emitir moeda ou título público, sem poder contar, como levantou o ministro da Economia Marcílio Marques Moreira, com o ajuste fiscal ou a retomada do ingresso de recursos externos. Para Mayer, o capital externo de médio e longo prazo só chegará após a estabilização da economia. "As reservas cresceram mas com investimentos de curto prazo" e o ajuste fiscal está sendo combatido.

AJUSTES TÁTICOS

Um dos editores da publicação Indicadores IESP, o economista Cristian Andrei, detectou, no mês passado, "ajustes táticos" na política econômica do governo. Diante do desequilíbrio do setor financeiro e das pressões contra a recessão dos empresários e políticos, a equipe econômica reduziu a taxa de juro real — o custo do capital caiu de 125% para 36% ao ano entre abril e junho —, a flexibilização do crédito ao consumidor, a contenção do câmbio e a liberação de recursos para estados e municípios.

A redução dos juros ajuda também a conter os preços industriais e a dívida pública. Segundo o IESP, a carga de juros reais sobre a dívida interna caiu de 5,3% do PIB em janeiro para 4% em junho.